



INTRODUÇÃO

CONTRIBUIÇÕES AO NOVO PNE

Gustavo Henrique Moraes

Ana Elizabeth M. Albuquerque

Alvana Maria Bof

Desde a promulgação da Lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) assumiu a responsabilidade de realizar estudos periódicos para avaliar o progresso no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Para atender a essa exigência legal, a Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) do Inep assumiu a responsabilidade pela construção, pelo cálculo, pela atualização e divulgação regular dos indicadores de monitoramento das metas estabelecidas na lei, oferecendo evidências detalhadas sobre as tendências de cada uma delas.

Os resultados desses esforços são bem conhecidos da sociedade brasileira, tendo sido expressos nas publicações oficiais do Instituto, dentre as quais se destacam os Relatórios de Monitoramento das Metas do PNE: Linha de Base (2014); 1º Ciclo (2016); 2º Ciclo (2018); 3º Ciclo (2020) e 4º Ciclo (2022). Em adição, o Painel de Monitoramento do PNE, disponível no portal do Inep, apresenta informações atualizadas e acessíveis sobre as metas do PNE, o que facilita a análise e o acompanhamento contínuo dos indicadores educacionais.

Além das disposições legais, o monitoramento do PNE inaugurou uma nova dinâmica interna de trabalho, na qual os pesquisadores foram instados a reunir suas competências técnicas e formações interdisciplinares para explorar o campo das metas estabelecido pelo PNE, extrapolando os marcos literais do texto, identificando lacunas, indicando avanços, problematizando desafios e apontando novas dimensões para reflexão e análise, de modo a subsidiar o planejamento, a gestão, o monitoramento

e a avaliação das políticas educacionais. Os produtos dessas iniciativas estão reunidos nos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*.

Os sete volumes dos *Cadernos* que antecedem a essa publicação, foram dedicados à compreensão da dinâmica da educação brasileira no contexto da execução do atual PNE. Agora, passados nove anos da publicação da lei, e com o Plano se encaminhando para seu término, é chegada a hora de vislumbrar o novo. É preciso compreender que o mundo já não é o mesmo de 2014, e que antigas necessidades se tornaram ainda mais urgentes.

Assim, foram organizados os estudos do volume 8 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*.

O estudo “A Educação de Jovens e Adultos entre o Direito Inconcluso e a Exclusão Silenciada: Desafios ao Novo Plano Nacional de Educação”, de Robson dos Santos, Ana Elizabeth M. de Albuquerque, Gustavo H. Moraes e Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva, abre o volume realçando o contingente de jovens, adultos e trabalhadores excluídos do processo educacional que ainda não conta com escolaridade similar ao ensino fundamental completo e/ou o ensino médio, nem com cursos de formação e qualificação profissional que possibilitem maior usufruto dos bens culturais, científicos e tecnológicos, bem como de maiores e mais adequadas oportunidades ocupacionais e de aprendizagem ao longo da vida. Situação que implica perdas significativas para as trajetórias individuais, assim como para o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, sustentável e democrático do Brasil. É essencial que o País alcance percentuais mais elevados de conclusão da educação básica entre a população de 19 anos ou mais, efetivando o direito educacional prescrito em nossa Constituição Federal de 1988.

Em “Avaliação da alfabetização: contribuições para o novo Plano Nacional de Educação”, as autoras Flávia Viana Basso e Clarissa Guimarães Rodrigues apresentam os resultados diagnósticos da alfabetização no Brasil com os dados mais recentes do Saeb em diferentes desagregações, evidenciando que as desigualdades educacionais estão presentes desde o início da escolarização básica.

O artigo “Melhoria da qualidade da educação básica e superação das desigualdades educacionais: aprimoramentos para o novo Plano Nacional de Educação”, de Alvana Maria Bof, Clarissa Guimarães Rodrigues e Adolfo Samuel de Oliveira, objetiva subsidiar o debate e propor aprimoramentos à meta de melhoria da qualidade da educação básica (Meta 7) e seu indicador – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), introduzindo mecanismos que permitam ao índice melhor captar, diagnosticar e monitorar as desigualdades educacionais em relação à aprendizagem entre os estudantes brasileiros, induzindo ainda à superação de tais desigualdades.

O estudo “Condições do ensino médio para a oferta de itinerários formativos no Brasil: elementos subsidiários ao novo PNE”, de Edison Flávio Fernandes, objetiva trazer base diagnóstica sobre as condições atuais das escolas de ensino médio no País,

bem como de seu professorado, tendo em vista a corrente reforma da etapa de ensino, de modo a contribuir com os debates no âmbito do novo PNE, no sentido de recuperar e avançar em objetivos, metas e estratégias voltados à infraestrutura das escolas de ensino médio e à valorização, à atratividade e ao respeito à carreira docente.

Em “Aldear os Planos Nacionais de Educação: a educação escolar indígena e os desafios para o próximo decênio”, os autores Márcio Alexandre B. Lima e Robson dos Santos buscam contribuir para as discussões relativas à educação escolar indígena, comparando o desenho adotado no atual PNE com o que o antecedeu no que diz respeito à construção das metas e dos objetivos, com base em indicadores de monitoramento do PNE, e analisam alguns dos resultados alcançados no último Plano (2014-2024) em relação aos indígenas.

No artigo “Turmas multisseriadas no ensino básico brasileiro: o que (não) sabemos e uma agenda para o novo Plano Nacional de Educação”, os autores Guilherme Finkelfarb Lichand, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Gabriel de Campos Gonçalves dos Santos e Armando Amorim Simões descrevem as características dos alunos, professores e gestores associados às turmas multisseriadas, com base no Censo Escolar 2019, contrapondo essas turmas às unisseriadas no contexto do ensino fundamental.

Por fim, em “Qualidade da educação superior: possibilidades para o novo PNE”, Janaina Ferreira Ma, Fabiano Cavalcanti Mundim e Luiz Carlos Zalaf Caseiro levantaram categorias de análise referentes à qualidade da educação superior no Brasil, mediante pesquisa documental e entrevistas com ocupantes de cargos da alta gestão do Estado brasileiro, envolvidos com políticas de educação superior, e oferecem um conjunto de recomendações e metas relacionadas à qualidade da educação superior.

O Brasil requer um novo PNE atento à superação das desigualdades educacionais, à erradicação de todas as formas de discriminação e à reafirmação da democracia. Nesse processo, o Inep volta a assumir responsabilidade especial, valendo-se de seus saberes para fornecer a melhor evidência disponível àqueles que definirão o novo Plano, que guiará a educação brasileira até 2035. É o propósito deste *Caderno de Estudos em Pesquisas e Políticas Educacionais, Volume 8: Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação*.